

CONCURSO PÚBLICO – 01/2022

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Na sequência são apresentadas as questões dissertativas elaboradas pela banca, a serem respondidas pelo candidato (nº de inscrição _____) conforme a Área de Conhecimento _____.

- As 4 questões têm o mesmo peso.

Questão 1:

Existem algumas características de mercados que dificultam, ou até impedem, a obtenção da produção ótima através do setor privado. Dois exemplos de falhas de mercado, segundo o livro de Economia do Setor Público de Flavio Riani, são as externalidades negativas sobre produção e os monopólios naturais. Apresente graficamente e explique as falhas de mercado envolvidas nas duas situações mencionadas e, na primeira, aborde o Teorema de Coase.

Questão 2:

Explique, de maneira sucinta, o modelo atual do ciclo de planejamento orçamentário da Administração Pública, abordando as características e as responsabilidades de proposição de cada peça orçamentária e o papel da Lei de Responsabilidade Fiscal na lei orçamentária.

Questão 3:

A Lei nº 4.320/64 (Lei Orçamentária) estabelece que as receitas orçamentárias devem ser classificadas, conforme categorias econômicas, em: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Entre as fontes da Receitas de Capital estão as Operações de Crédito.

- a) Discorra, fundamentadamente, sobre os elementos econômicos e jurídicos das operações de crédito.
- b) Considere a tabela abaixo, que reproduz o Demonstrativo de Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, retirado da Lei Orçamentária da União para o exercício de 2010. Calcule o valor das operações de crédito.

Lei Orçamentária da União para 2010: demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas, principais fontes de receita grupos de despesa

| Especificação | Valor (em R\$ milhões) | Especificação | Valor (em R\$ milhões) |
|--|------------------------|--|------------------------|
| Receitas Correntes | | Despesas Correntes | |
| Receita Tributária | 293.541,00 | Pessoal e Encargos Sociais | 184.150,20 |
| Receita de Contribuições | 479.506,00 | Juros e Encargos da Dívida | 110.398,80 |
| Receita Patrimonial | 54.777,30 | Outras Despesas Correntes | 593.930,70 |
| Receita Agropecuária | 24,40 | | |
| Receita Industrial | 695,80 | | |
| Receita de Serviços | 34.435,10 | | |
| Transferências Correntes | 462,50 | | |
| Outras Receitas Correntes | 45.028,40 | | |
| Receita Intraorçamentária | | | |
| Receita Tributária | 0,10 | | |
| Receita de Contribuições | 13.085,70 | | |
| Receita Patrimonial | 2,30 | | |
| Receita Industrial | 142,30 | | |
| Receita de Serviços | 150,60 | | |
| Outras Receitas Correntes | 0,30 | Superávit/déficit do orçamento corrente | |
| Total | | Total | |
| Superávit do Orçamento Corrente | | | |
| Receitas de Capital | | Despesas de Capital | |
| Operações de Crédito | | Investimentos | 58.108,30 |
| Alienação de Bens | 4.874,90 | Inversões Financeiras | 41.091,30 |
| Amortização de Empréstimos | 24.298,80 | Amortização da Dívida | 757.158,40 |
| Transferências de Capital | 314,90 | Reservas | |
| Outras Receitas de Capital | 40.125,90 | Contingência | 16.157,40 |
| | | Outras | 5.026,60 |
| Total | | Total | |
| Total das Receitas Correntes | | Total das Despesas Correntes | |
| Total das Receitas de Capital | | Total das Despesas de Capital | |
| Total das Receitas Intraorçamentárias | | Total das Reservas | |
| Total Geral da Receita | | Total Geral das despesas | |

Fonte: BRASIL, Lei nº 12.214/2010

Questão 4:

Considere o problema de uma prefeitura, que deve decidir quais serviços prestar à sua população com seu orçamento limitado. Suas opções são: construir uma creche, construir uma praça ou contratar uma nova empresa de coleta de lixo. Para saber quais das opções serão implementadas, a prefeitura se baseará nas preferências da sociedade, as quais são divididas em 3 grupos de igual tamanho (mesmo número de membros). Suas preferências são apresentadas na tabela abaixo (opção 1 é a preferida, opção 2, a segunda preferida, e opção 3, a menos preferida).

| Grupo | Opção 1 | Opção 2 | Opção 3 |
|-------|----------------|----------------|----------------|
| A | Creche | Praça | Coleta de lixo |
| B | Praça | Coleta de lixo | Creche |
| C | Coleta de lixo | Creche | Praça |

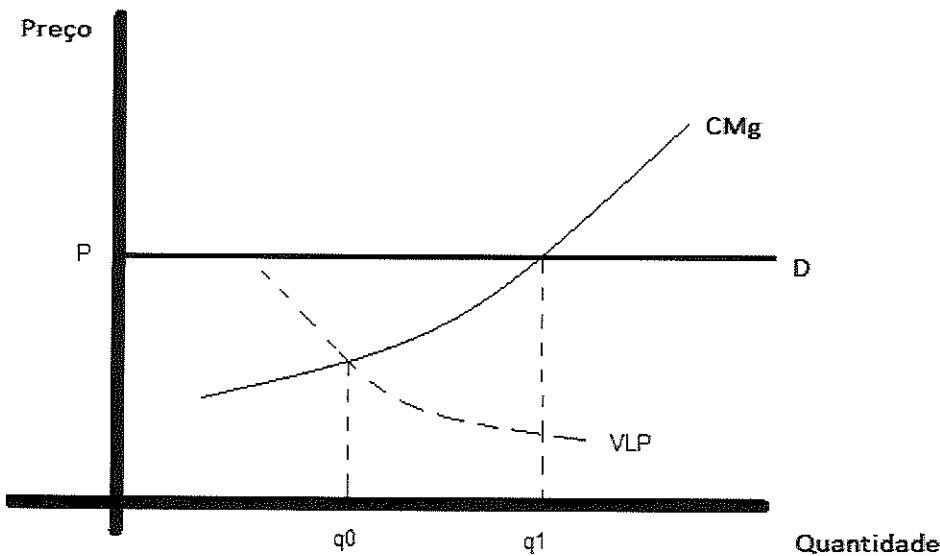
- Suponha que a prefeitura deseje criar uma lista de prioridades da cidade, ou seja, um ranking das opções preferidas pela população. Qual o problema com tal lista?
- Assuma que o orçamento da prefeitura é \$100 e que os custos da creche, da praça e da coleta de lixo são \$100, \$50 e \$30, respectivamente. A decisão das opções implementadas ocorrerá em 2 turnos: no primeiro, os grupos devem votar entre duas opções; no segundo, a opção vencedora do primeiro turno enfrenta a opção que ficou à espera. Supondo que a prefeitura queira que a escolha vencedora seja a que utilize todo o orçamento, quais devem ser as opções escolhidas para votação no primeiro turno?
- Por fim, suponha que os grupos sejam de tamanhos diferentes: o grupo A é composto por 1000 pessoas, o grupo B por 2000 e o grupo C por 5000. Se a decisão ainda ocorrer em 2 turnos, como no item anterior, qual é a escolha para opções do primeiro turno que maximiza o bem-estar da sociedade? Assuma que o orçamento não precisa ser totalmente gasto.

Presidente da Banca Examinadora

QUESTÃO 1: Falhas de mercado

Seguindo a apresentação gráfica pelo livro do Riani:

- O nível social ótimo de produção é dado por q_0 , ponto em que o valor líquido da produção (VLP) do bem que causa externalidade se iguala ao custo marginal.
- Por outro lado, a produção ótima da firma é dada em q_1 .
- Observa-se que, com a existência da externalidade negativa de produção, o ótimo de Pareto não é obtido.
- Uma solução seria a adoção de um imposto que fizesse o produtor internalizar os custos sociais de produção (Imposto Pigouviano).

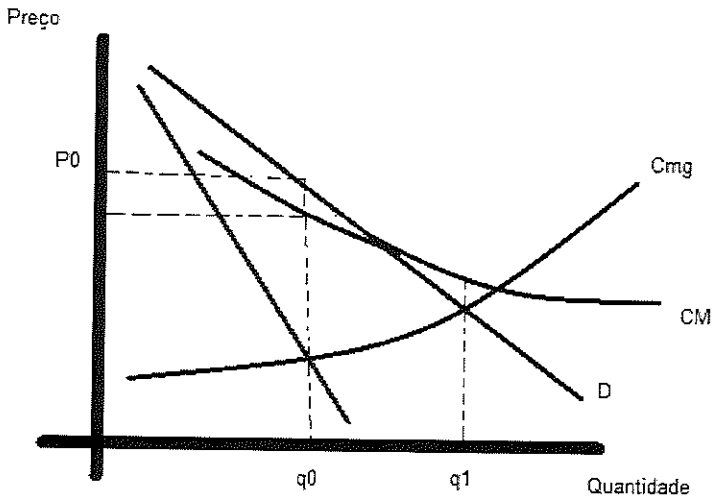


Uma das soluções levantadas para corrigir o problema das externalidades negativas é a participação do governo no mercado. Entretanto, como mostra o livro de Introdução à Economia do Mankiw, segundo **Teorema de Coase**, se os agentes econômicos privados puderem negociar sem custo a alocação de recursos, então o mercado privado sempre terá soluções eficientes para corrigir as externalidades negativas.

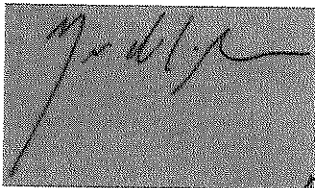
Seguindo o gráfico apresentado em Riani

- No caso do monopólio natural, o monopolista opera com preço P_0 , maximizando o lucro (área retangular tracejada).
- A falha de mercado acontece porque o nível ótimo de produção para a sociedade é dado no nível q_1 .
- A produção social ótima, no entanto, gera prejuízo ao produtor.

- Duas políticas poderiam ser adotadas: subsídio ao produtor e fixação de preço máximo no ponto que a curva de demanda cruza com a curva de custo médio (situação de lucro zero).



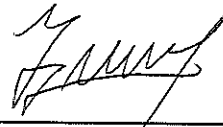
Membros da Banca:



Avaliador 1 (Marcelo de Carvalho Griebeler)



Avaliador 3 (nome e assinatura)
 FABIANO MAURY RAUPP



Avaliador 2 (nome e assinatura)
 Marcos V. Wink Junes

Presidente da Banca (nome e assinatura)

CONCURSO PÚBLICO – 01/2022

Área de Conhecimento: Economia do Setor Público

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 2: Ciclo orçamentário

A estrutura orçamentária brasileira foi delineada pela Constituição Federal no Art. 165, que determinou um processo integrado mediante três instrumentos (leis)

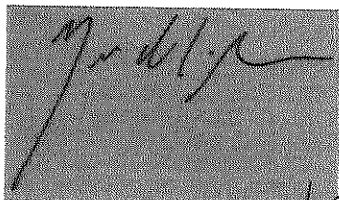
- Plano Plurianual, segundo o livro de Orçamento Público do Giacomoni “é a síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como o orçamento anual.” De acordo com a CF, a lei que instituir o PPA estabelecerá “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada”. O PPA deve ser elaborado pelo Poder Executivo. A vigência do PPA é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

- A Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada pelo executivo ao legislativo, compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. O conteúdo da LDO é estabelecido em dispositivos da CF e, a partir de 2000, também é disciplinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A LDO é o elo entre o PPA e a LOA. No caso da LDO Federal, o prazo para encaminhamento, ao Congresso Nacional é até 8 meses e meio (15 de Abril) antes do encerramento do exercício e deve ser aprovada até 17 de julho, para então poder organizar a LoA que deve ser submetida até 30 de agosto e ser aprovada até 22 de dezembro. Os demais entes da Federação poderão ter normas próprias, desde que a aprovação se dê a tempo de cumprir sua principal finalidade: orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual.

- A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público estima a arrecadação de receitas e fixa as despesas para o período de um ano, sendo composta pelo orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais. O projeto da Lei Orçamentária anual deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo

- Buscou-se alcançar com a aprovação da LRF - que deu eficácia a vários dispositivos da CF - o equilíbrio entre a receita e a despesa, a transparência da gestão fiscal e a responsabilidade dos dirigentes. A LRF se apresenta como um código de conduta para os administradores públicos.

Membros da Banca:

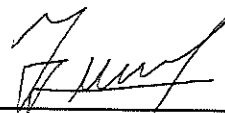


Avaliador 1 (Marcelo de Carvalho Griebeler)



Avaliador 3 (nome e assinatura)

FABIANO MAURY RAUPP



Avaliador 2 (nome e assinatura)

Marcos V. Went Junior

Presidente da Banca (nome e assinatura)

CONCURSO PÚBLICO – 01/2022

Área de Conhecimento: Economia do Setor Público

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 3: Operações de crédito

a)

Conforme o livro de orçamento público do Giacomoni, Operações de Crédito são os recursos captados para atender a desequilíbrios orçamentários ou, ainda, financiar empreendimentos públicos. É por essa fonte de receita que são cobertos os déficits orçamentários que geram dívida pública. A lei 4.320/64 classifica operações de crédito como receita de capital. A CF88 veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das Despesas de Capital.

b)

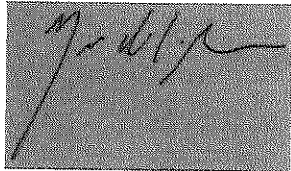
Deve-se igualar o total geral das despesas com o total geral das receitas

Lei Orçamentária da União para 2010

| | | | |
|----------------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------------|
| Receitas Correntes | 908.470,50 | Despesas Correntes | 888.479,70 |
| Receita Tributária | 293.541,00 | Pessoal e Encargos Sociais | 184.150,20 |
| Receita de Contribuições | 479.506,00 | Juros e Encargos da Dívida | 110.398,80 |
| Receita Patrimonial | 54.777,30 | Outras Despesas Correntes | 593.930,70 |
| Receita Agropecuária | 24,40 | | |
| Receita Industrial | 695,80 | | |
| Receita de Serviços | 34.435,10 | | |
| Transferências Correntes | 462,50 | | |
| Outras Receitas Correntes | 45.028,40 | | |
| Receita Intraorçamentária | 13.381,30 | | |
| Receita Tributária | 0,10 | | |
| Receita de Contribuições | 13.085,70 | | |
| Receita Patrimonial | 2,30 | | |
| Receita Industrial | 142,30 | | |
| Receita de Serviços | 150,60 | | |
| | | Superávit/déficit do | |
| Outras Receitas Correntes | 0,30 | orçamento corrente | 33.372,10 |
| Total | 921.851,80 | Total | 921.851,80 |
| Superávit do Orçamento Corrente | 33.372,10 | | |
| Receitas de Capital | 844.169,90 | Despesas de Capital | 856.358,00 |
| Operações de Crédito | 774.555,40 | Investimentos | 58.108,30 |

| | | | |
|--|---------------------|--------------------------------------|---------------------|
| Alienação de Bens | 4.874,90 | Inversões Financeiras | 41.091,30 |
| Amortização de Empréstimos | 24.298,80 | Amortização da Dívida | 757.158,40 |
| Trasferências de Capital | 314,90 | Reservas | 21.184,00 |
| Outras Receitas de Capital | 40.125,90 | Contingência | 16.157,40 |
| | | Outras | 5.026,60 |
| Total | 844.169,90 | Total | 877.542,00 |
| Total das Receitas Correntes | 908.470,50 | Total das Despesas Correntes | 888.479,70 |
| Total das Receitas de Capital | 844.169,90 | Total das Despesas de Capital | 856.358,00 |
| Total das Receitas Intraorçamentárias | 13.381,30 | Total das Reservas | 21.184,00 |
| Total Geral da Receita | 1.766.021,70 | Total Geral das despesas | 1.766.021,70 |

Membros da Banca:

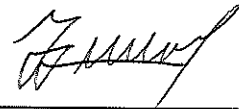


Avaliador 1 (Marcelo de Carvalho Griebeler)



Avaliador 3 (nome e assinatura)

FABIANO MAURY RAUPP



Avaliador 2 (nome e assinatura)

Marcos V. Wink Junior

Presidente da Banca (nome e assinatura)

CONCURSO PÚBLICO – 01/2022

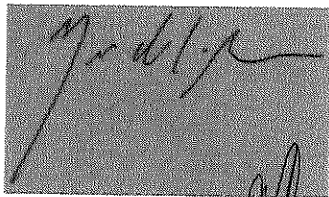
Área de Conhecimento: Economia do Setor Público

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

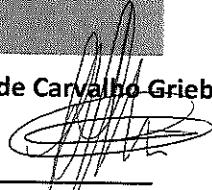
QUESTÃO 4: Teoria dos Jogos e Orçamento Público

- a. Se ocorrer uma votação entre creche e praça, a sociedade prefere creche (recebe votos de A e C). Na disputa entre creche e coleta de lixo, a sociedade prefere coleta de lixo (votos de B e C). Mas na disputa entre coleta de lixo e praça, a sociedade prefere praça (votos de A e B). Logo, as preferências sociais não são transitivas. A lista não pode ser criada. Esse resultado é conhecido como o Paradoxo de Condorcet: mesmo que as preferências individuais sejam transitivas, as sociais não o são.
- b. Para que o orçamento seja completamente utilizado, a opção creche deve ser a escolhida. Sabemos do item anterior que creche vence praça, mas perde para coleta de lixo. Sabemos também que coleta de lixo perde para praça. Assim, no primeiro turno, devem competir coleta de lixo e praça; esta última vence e disputa com creche no segundo.
- c. Para maximizar o bem-estar da sociedade, a coleta de lixo deve ser a escolhida. Nesse caso, ela precisa estar no segundo turno contra creche. Logo, no primeiro turno creche vence praça, e depois perde para coleta de lixo.

Membros da Banca:

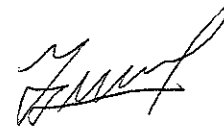


Avaliador 1 (Marcelo de Carvalho Griebeler)



Avaliador 3 (nome e assinatura)

FABIANO MAURY RAUPP



Avaliador 2 (nome e assinatura)

MARCO VINÍCIUS

Presidente da Banca (nome e assinatura)